



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 16/2020

CARTA-CONTRATO N. 16/2020

PROCESSO SEI N. [0001669-31.2020.6.22.8000](#)

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA, E A EMPRESA AOV
SISTEMAS DE INFORMATICA S.A., PARA
FORNECIMENTO DE CURSOS NO
MODELO DE LICENÇA CORPORATIVA.**

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893/SSP-RO e CPF n. 475.106.849-00.

CONTRATADA: AOV **SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o n. **05.555.382/0001-33**, com sede na Rua Vergueiro, 3.195, Cj. 133 -8º andar - Vila Mariana - CEP 04101-300, Município de São Paulo - SP, Telefones: (11) 4118-2172/(11) 94956-9875, E-mails: corporativo@alura.com.br, neste ato representada por seu Diretor Financeiro, **GUSTAVO TERUO FUJIMOTO**, brasileiro, solteiro, Cédula de Identidade n. 47.546.969-6-SSP/SP, CPF n. 369.723.328-93.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, Lei 10.406/2002 (Código Civil).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 25, II c/c art. 13, VI, ambos, da Lei n. 8.666/93 e Carta-Contrato com fulcro no artigo 62 da Lei n. 8.666/93.

Ato de Autorização da Despesa e Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 972/2020-PRES/DG, de 02/07/2020.

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Esta Carta-Contrato tem por objeto o fornecimento de cursos no modelo de licença corporativa (Plano Corporativo na plataforma Alura), para 17 (dezessete) servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, pelo período de 12 meses, na modalidade de ensino a distância, conforme condições constantes no Projeto Básico respectivo e na Proposta da CONTRATADA, e com as seguintes descrições:

- a) Acesso total a todos os cursos do portfólio da CONTRATADA disponíveis no ato da contratação;
- b) Acesso total aos lançamentos de novos cursos durante a vigência do contrato; e
- c) Suporte completo e tutoria com professores específicos para as áreas em que estão disponíveis as capacitações.

Subcláusula Primeira – Quanto ao conteúdo programático, a plataforma de cursos online oferece centenas de cursos de programação, front-end, mobile, infraestrutura, design, UX, agilidade, marketing digital, liderança e outros, disponível no link <https://www.alura.com.br/cursos-online-design-ux>.

Subcláusula Segunda - Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição o Projeto Básico, a proposta da CONTRATADA (evento [0544682](#)) e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, § 1º e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 20.400,00** (vinte mil e quatrocentos reais), resultando o custo por pessoa em R\$. 1.200,00 (um mil e duzentos reais), consoante proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, tais como: mão-de-obra, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, materiais da CONTRATADA, deslocamentos, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral, PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39-48, Nota de Empenho 2020NE000441, de 08/07/2020, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário, e consoante detalhado a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PLANO INTERNO

RO CAPPAC

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O pagamento será efetuado em parcela única, no valor contratado, mediante ordem bancária, através do Banco Santander – 033 Agência: 4199 - Conta corrente: 13000609-0, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias, contados da apresentação da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE-RO, aplicadas as retenções legais.

Subcláusula Primeira - Para efetuar o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT) e Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Subcláusula Segunda - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços. O CONTRATANTE poderá, a seu critério, efetuar o pagamento com a retenção de valores para assegurar eventual aplicação de multa.

Subcláusula Terceira - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)/365}{0,00016438} \qquad I = \frac{(6/100)/365}{0,00016438} \qquad I =$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Quarta - A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – São obrigações do **CONTRATANTE**:

1. Informar à empresa **CONTRATADA** os dados dos servidores que utilizarão o serviço;
2. Proceder o pagamento nos termos especificados neste instrumento, conforme dispõe o §3º do art. 5º da Lei 8666/93, até 5 (cinco) dias após a o recebimento nota fiscal/fatura;
3. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;
4. Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade observada na execução desta carta-contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência possa acarretar a aplicação das sanções previstas neste instrumento;
5. Avaliar a qualidade do treinamento realizado;
6. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, fazendo cumprir todos os prazos, preços e condições estabelecidas neste instrumento;
7. Comunicar-se com a **CONTRATADA** por meio de correspondência oficial, inclusive alertando-a acerca da proximidade do vencimento de prazos e obrigações que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. Analisar e deliberar sobre os eventuais pedidos de prorrogação de prazo para entrega e substituição de materiais utilizados pela CONTRATADA;
9. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos; e
10. Cumprir as demais obrigações consignadas contratualmente.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, XII e XIII, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar, no prazo de 48 horas, após o recebimento da Nota de Empenho, acesso às 17 (dezessete) assinaturas contratadas;
2. Garantir aos servidores inscritos o acesso total, permanente e simultâneo, por meio da intranet, a todos os cursos do portfólio da contratada disponíveis no ato da contratação, bem como aos lançamentos de novos cursos durante a vigência do contrato, 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia;
3. Disponibilizar suporte completo para as áreas em que estão disponíveis as capacitações. Caso haja qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto, por quaisquer motivos alheios ou não à vontade da CONTRATADA, será imediatamente informado ao CONTRATANTE;
4. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública, a Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação) e perante a Justiça Trabalhista;
5. Disponibilizar certificado em mídia digital, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a finalização de cada curso realizado;
6. Apresentar, no prazo de 10 (dez) dias da liberação do acesso aos cursos, fatura/nota fiscal referente ao serviço disponibilizado;
7. Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo determinado pelo gestor da contratação, contados de sua notificação, os serviços em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. Realizar o objeto da presente Carta-Contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento contratual e na proposta da CONTRATADA;
9. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços objeto da contratação;
10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial desta contratação (art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93);
11. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência, após a assinatura deste instrumento, de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
12. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:
 - a) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos; e
 - b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.
13. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta Carta-Contrato, no Projeto-Básico respectivo e na proposta comercial, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das sanções ora previstas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, poderá ser aplicada multa moratória à empresa CONTRATADA de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por 1 (um) dia de atraso pelo descumprimento das obrigações previstas na Cláusula Sexta deste instrumento, podendo o atraso superior a 2 (dois) dias caracterizar a inexecução contratual.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Terceira - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si, inclusive com a penalidade de multa e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Projeto Básico, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

Subcláusula Quarta - As multas e demais sanções previstas não exigem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Sexta - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Oitava - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Primeira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia –



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União - DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Terceira - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União - DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Sétima - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Oitava – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Décima Nona- Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos a que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da administração; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui causa de rescisão contratual a contratação, pela empresa contratada, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Segunda – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93

Subcláusula Terceira – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta – Havendo alteração unilateral desta Carta-contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 67, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – A gestão e a fiscalização desta Carta-Contrato serão exercidas pelo titular da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE do TRE-RO, ou por seu substituto, na sua ausência, competindo a esse as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

I - Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

- a) Antes da execução do evento: será verificada a regularidade fiscal da empresa.
- b) Durante a execução do evento: verifica-se disponibilidade dos serviços; a atuação dos tutores; o fornecimento dos materiais, caso haja; e emissão de certificados.

Subcláusula Primeira - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

Subcláusula Segunda - Os procedimentos adotados são os previstos nesta Carta-Contrato, no Projeto Básico, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XI e XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei 8.666/93 (Licitações e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratos), a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil e a Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento, que depois de lido e ratificado é assinado pelas partes e testemunhas abaixo:

Porto Velho-RO, 10 de julho de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

GUSTAVO TERUO FUJIMOTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pelo CONTRATANTE	Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/07/2020, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO TERUO FUJIMOTO, Usuário Externo**, em 10/07/2020, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 10/07/2020, às 15:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 10/07/2020, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0557628** e o código CRC **D2C85570**.

0001669-31.2020.6.22.8000

0557628v6

Criado por 006007062364, versão 6 por 006007062364 em 10/07/2020 09:36:11.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 9/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, 2º, I e §§ 6º e 9º ambos da Lei 8.666/93, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e nos incisos I, III, V e § 2º, do art. 9º do Decreto nº 5.450/05, elaboramos o presente Projeto Básico / Termo de Referência, por inexigibilidade de licitação, com base na decisão plenária 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação da empresa especializada para fornecimento de cursos no modelo de **licença corporativa**, para 17 (dezessete) servidores, pelo período de 12 meses, contados da data de contratação, na modalidade "a distância".

Com essa licença, cada servidor inscrito terá:

a) Acesso total a todos os cursos do portfólio da contratada disponíveis no ato da contratação;

b) Acesso total aos lançamentos de novos cursos durante a vigência do contrato;

c) Suporte completo e tutoria com professores específicos para as áreas em que estão disponíveis as capacitações.

2.1 Dados da instituição promotora

Razão Social: AOVS Sistemas de Informática S.A

CNPJ: 05.555.382/0001-33



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Endereço: Rua Vergueiro, 3185, 8º andar - Vila Mariana -
São Paulo - SP CEP 04101-300

Fone 11 4118-2172

Contato: Ricardo Melo/Priscila Martoz

E-mail: corporativo@alura.com.br

Tel: 11 4118-2172

Dados Bancários: SP - Santander (033) AG 4199 CC
13000609-0

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

A plataforma de cursos online oferece centenas de cursos de programação, front-end, mobile, infraestrutura, design, UX, agilidade, marketing digital, liderança e outros, disponível no link <https://www.alura.com.br/cursos-online-design-ux>

2.3. PÚBLICO-ALVO

Servidores das diversas áreas do TRE/RO, que necessitam de especialização em sua área de atuação.

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1. Da Necessidade:

As capacitações pretendidas com esta contratação visam a solução de questões operacionais recorrentes, em nível de aplicação, com o objetivo de atender às demandas relacionada no PAC-2020 sob códigos: 20200107 e 20200108, bem como o suprimento de outras demandas que surgem durante o exercício.

Faz-se necessário uma atualização tanto para os servidores já tem um certo conhecimento na área pretendida, como para aqueles realocados outras seções e que necessitam do conhecimento voltado a tecnologia, onde acontece inovações constantes. Ocorre, também, que diversas unidades necessitam produzir peças artísticas para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aperfeiçoamento da comunicação, tanto com o público interno, quanto externo, o que não se faz com eficácia usando apenas textos.

Também é necessário observar que a economia processual, pela disponibilização de vários cursos com apenas uma contratação, abre caminho para um novo momento nos modelos de capacitação de servidores neste regional.

3.2. Da inexigibilidade de Licitação:

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.2.1. Da singularidade do serviço:

A disponibilidade dos cursos por assinatura não é exclusiva da empresa em questão, no entanto, a lista de cursos apresentada, bem como o conteúdo disposto nesse portal são de propriedade da empresa fornecedora, o que caracteriza a unicidade dos eventos e inviabilizando a comparação direta com outros sites que tenham a mesma funcionalidade. A aplicação dos conteúdos à dinâmica de trabalho e necessidades deste Tribunal dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma e, especialmente, do momento institucional e das demandas observadas no decorrer do exercício. A intervenção pessoal do docente é determinante para a criação dos conteúdos específicos e a tutoria, conforme se esbelece, afetará a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

3.2.2. Da escolha da empresa / Notório Especialista :



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Para a execução do presente objeto, optou-se pela empresa **Alura AOV S Sistemas de Informática S.A**, cuja carteira de treinamentos disponível mais se adéqua às atuais necessidades de desenvolvimento das equipes de programação, suporte e edição deste regional. Sua presença no mercado e a qualidade dos treinamentos já contratados por este regional em outra oportunidade, com uma entrega correta de prazos, conteúdos e tutoria a como **notória especialista** na matéria. Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos almejados.

3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor.

4 – DO VALOR

O valor a ser contratado é de R\$ 20.400,00/ano (vinte mil e quatrocentos reais). Resultando o custo por pessoa em R\$. 1.200,00.

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

No caso de cursos abertos, o preço cobrado pela inscrição é o mesmo para qualquer órgão da Administração Pública e também para o setor privado. Logo, desnecessária a realização de cotações de preços ou pesquisas junto a outros órgãos.

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	RO CAPPAC
VALOR	R\$ 20.400,00/ano (vinte mil e quatrocentos reais).

6- DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento em parcela única, no valor informado no item 5, mediante ordem bancária, através do Banco Santander (033) AG 4199 CC 13000609-0, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias, contados da apresentação da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

6.1.1 Caso a contratante identifique qualquer divergência na Nota Fiscal, devolvê-la-á à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação com as devidas correções ou esclarecimentos.

7- DO CONTRATO

Para esta contratação a modalidade será Carta Contrato, em conformidade com a Lei 8.666/93.

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

8.1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores que utilizarão o serviço;

8.2. Proceder o pagamento nos termos especificados neste contrato, conforme dispõe o §3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento nota fiscal/fatura;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.3. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;

8.4. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução do Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência possa acarretar a aplicação das sanções previstas no item 11 deste Termo;

8.5. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

São obrigações da empresa contratada:

9.1 Disponibilizar, no prazo de 48 horas após o recebimento da Nota de Empenho, acesso às assinaturas contratadas, na quantidade e para os servidores informados, conforme item 7.1.

9.2 Garantir aos servidores inscritos o acesso total, permanente e simultâneo, por meio da intranet, a todos os cursos do portfólio da contratada disponíveis no ato da contratação, bem como aos lançamentos de novos cursos durante a vigência do contrato, 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia.

9.3 Disponibilizar suporte completo para as áreas em que estão disponíveis as capacitações. Caso haja qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto, por quaisquer motivos alheios ou não à vontade da contratada, será imediatamente informado à contratante.

9.4 Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública, a Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação) e perante a Justiça Trabalhista;

9.5 Disponibilizar certificado em mídia digital, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a finalização de cada curso realizado.

9.6 Apresentar, no prazo de 10 dias da liberação do acesso aos cursos, fatura/nota fiscal referente ao serviço disponibilizado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

12 – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da carta contrato a fim de garantir ou assegurar direitos da Administração contratante, sem prejuízo do prazo de garantia do objeto.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento: será verificada a regularidade fiscal da empresa.

2. Durante a execução do evento: verifica-se disponibilidade dos serviços; a atuação dos tutores; o fornecimento dos materiais, caso haja; e emissão de certificados.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos: [0544697](#), [0544698](#), [0544699](#) e [0544700](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Proposta e conteúdo programático (Evento: [0544682](#)).



Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 12/06/2020, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TÂNIA ROZIMAR ALVES, Técnico Judiciário**, em 12/06/2020, às 11:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0544701** e o código CRC **E47B64E7**.

0001669-31.2020.6.22.8000

0544701v19

Criado por 012781162399, versão 19 por 012781162399 em 12/06/2020 09:51:15.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001669-31.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDES

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE – CURSO ABERTO – **CURSOS NO MODELO DE LICENÇA COORPORATIVA**

PARECER JURÍDICO Nº 125 / 2020 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo aberto pela SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDES ([0543297](#)), objetivando o fornecimento de cursos no modelo de “LICENÇA COORPORATIVA ” para 17 (dezessete) inscrições de servidores, pelo período de 12 meses, contados da data de contratação, na modalidade "a distância".

02. Na Solicitação de Contratação 3 ([0543519](#)) consta como solicitantes as unidades ASPLAN e SAOFC, o instrumento foi submetido à aprovação do secretário da SAOFC e o pedido foi autorizado para elaboração do estudo técnico preliminar no Despacho n. 953/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0544455](#)). Com isso a COEDE/SEDES, unidade demandante da contratação, elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades 3 ([0544535](#)).

03. Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta de treinamento corporativo da empresa AOVIS Sistemas de Informática SA, CNPJ n. 05.555.382.0001-33, regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0544698](#)), Receita Federal ([0544700](#)), Justiça do Trabalho ([0544699](#)) e CNJ ([0544697](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

04. A SEDES encaminhou, via e-mail ([0547875](#)), o Projeto Básico ([0544701](#)) para a ciência do representante da empresa proponente. Pelo e-mail constante no evento ([0548435](#)), a referida empresa atestou sua concordância aos termos do Projeto Básico nº 9/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0544701](#)). O custo total da contratação é de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), conforme descrição do valor no item 4, do Projeto Básico ([0544701](#)).

05. O coordenador da COEDE solicita ao secretário da SGP autorização para a contratação do acesso de forma a contemplar também o curso não previsto no PAC de Power BI, para tanto apresenta justificativa com o modelo de negócios, motivação e o compromisso dos participantes ([0545694](#)). Por ora o secretário da SGP dá continuidade à contratação remetendo os autos à SAOFC e ciência da deflagração ao Juiz Diretor da EJE ([0546796](#)).

06. O GABSAOFC remeteu os autos à COMAP, para análise do Projeto Básico 9/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0544701](#)), à COFC para programação orçamentária, e a esta AJDG para emissão de parecer jurídico, conforme Despacho n. 251/2020 ([0549120](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. A Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do art. 7º, § 2º, da lei n. 8.666/93 e do art. 17, V da Instrução Normativa TRE n. 004/08, analisou o Projeto Básico e conclui por sua regularidade ([0549109](#)).

08. A SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0549233](#)), no valor de **R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais)**, para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF informou que: *"Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.)"*

09. Por fim, a minuta do instrumento contratual foi juntada aos autos pela SECONT, para análise desta assessoria jurídica, no evento [0549813](#).

10. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

11. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. **(Negritou-se).**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Não por outro motivo, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

13. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; **(negritou-se)**.

14. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação a contratação de serviços técnicos enumerados pelo **art. 13** do Código de Licitações. Da previsão legal, retiram-se os seguintes requisitos: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

15. Contudo, o entendimento jurisprudencial do TCU tem afastado ambos os requisitos, dispensando a demonstração da singularidade do curso ou da notoriedade do instrutor, quando o evento de capacitação for ofertado por **cursos abertos**. Veja-se:

[...]

45. Retomando à proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros.

46. Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua reposição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição. ” **Decisão TCU 439/1998-Plenário – Ministro Adhemar Paladini Ghisi.**

16. Ressalte-se que a jurisprudência pátria, principalmente da Corte de Contas da União, tem abrandado de forma sistemática e substancial a verificação dos requisitos legais permissivos da inexigibilidade. Cita-se, a respeito, trecho do voto do **Ministro Adhemar Paladini Ghisi, proferido nos autos do TC 000.830/98-4:**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, como aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. **Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar à necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador.** Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de tratamento do órgão sob sua responsabilidade. - (DOU de 23.07.1998) - (grifou-se e negritou-se).

17. Em resumo, nos termos da Decisão do TCU n. 654/2004 — Plenário (TC 010.583/2003-9), a inscrição de servidores em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, *in verbis*:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93. (grifou-se).

18. Releva destacar, ainda, voto do Ministro Eros Grau, proferido nos autos da Ação Penal AP 348/SC. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). **O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança.** Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. ” - (DJ 03/08/07 p.30) - (grifou-se e negritou-se).

19. No caso em tela, a contratação pretendida visa capacitar servidores cujas atividades se encontram correlatas ao conteúdo programático dos cursos e que atuam em unidades que demandam com frequência os conhecimentos buscados nos cursos oferecidos no modelo de licença corporativa. Nesse sentido, destaca-se o registro contido na **justificativa da necessidade do curso, item 3 do PB ([0544701](#))**:

3.1. Da Necessidade:

As capacitações pretendidas com esta contratação visam a solução de questões operacionais recorrentes, em nível de aplicação, com o objetivo de atender às demandas relacionada no PAC-2020 sob códigos: 20200107 e 20200108, bem como o suprimimento de outras demandas que surgem durante o exercício.

Faz-se necessário uma atualização tanto para os servidores já tem um certo conhecimento na área pretendida, como para aqueles realocados outras seções e que necessitam do conhecimento voltado a tecnologia, onde acontece inovações constantes. Ocorre, também, que diversas unidades necessitam produzir peças artísticas para o aperfeiçoamento da comunicação, tanto com o público interno, quanto externo, o que não se faz com eficácia usando apenas textos.

Também é necessário observar que a economia processual, pela disponibilização de vários cursos com apenas uma contratação, abre caminho para um novo momento nos modelos de capacitação de servidores neste regional.

20. Com relação a minuta de Carta-Contrato (evento [0549813](#)), em análise formal aos seus termos, percebe-se que o referido instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. **Contudo em seu FUNDAMENTO LEGAL o artigo 25, II, da Lei n. 8.666/93 deve ser combinado com o artigo 13, VI, do mesmo diploma legal.**

III – CONCLUSÃO

21. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) pela possibilidade da contratação direta com a empresa **AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A, CNPJ: 05.555.382/0001-33**, para o fornecimento de cursos no modelo de "LICENÇA COORPORATIVA ", na modalidade " ensino a distância", para 17 (dezessete) inscrições de servidores, pelo período de 12 meses, contados da data da assinatura do termo contratual, com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**;

b) pela regularidade do Projeto Básico 9 ([0544701](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, pode ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**; e

c) para cumprimento do parágrafo único, do art. 38, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta de Carta-Contrato (evento [0549813](#))** .

22. Cabe registrar que, se necessário, deverão ser atualizadas as certidões que comprovam a regularidade fiscal da empresa **Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA BRASIL, CNPJ n. 62.070.115/0001-00**, antes da efetivação da contratação.

23. Ademais, com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **necessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que da mesma forma seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

24. Por oportuno, verifica-se nos autos que a solicitação do coordenador da COEDE para autorização da contratação do acesso de forma a contemplar também o curso não previsto no PAC de Power BI (evento [0545694](#)), não foi apreciada nos autos.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Milena Santiago Rivero, Estagiário**, em 26/06/2020, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 26/06/2020, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0552411** e o código CRC **479442D0**.

0001669-31.2020.6.22.8000

0552411v25

Criado por 004891562321, versão 25 por 004891562321 em 26/06/2020 13:55:19.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001669-31.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDES

ASSUNTO: Contratação da empresa AOVS Sistemas de Informática S.A. para fornecimento de cursos no modelo de licença corporativa

DESPACHO Nº 972 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo aberto pela SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDES, objetivando a contratação da empresa AOVS Sistemas de Informática S.A. para fornecimento de cursos no modelo de licença corporativa, para 17 (dezessete) servidores, pelo período de 12 meses, contados da data de contratação, na modalidade "a distância" ([0543297](#)).

Consta como solicitantes as unidades ASPLAN e SAOFCN ([0543519](#)), o instrumento foi submetido à aprovação do secretário da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SAOFC, que autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar, por meio do Despacho n. 953/2020 ([0544455](#)).

A COEDE/SEDES, unidade demandante da contratação, elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades 3 ([0544535](#)), bem como o Projeto Básico n. 9/2020 ([0544701](#)), no qual dimensionou o valor da contratação em 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), sendo o custo por pessoa R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), conforme item 4 do referido projeto básico, caso se concretize a formação de turma com 17 (dezessete) servidores.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0544698](#)); Certidão Negativa de Tributos Federais ([0544700](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0544699](#)) e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0544697](#)).

Em análise do Projeto Básico a COMAP concluiu pela sua regularidade, por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 ([0549109](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 20.400,00** (vinte mil e quatrocentos reais), informando a SPOF que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA ([0549233](#)).

Pelo Parecer Jurídico 125, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou pela possibilidade da contratação direta da empresa **AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A.**, com fundamento no art. 25, II c/c art. 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/93, aprovação do Projeto Básico 9 pela autoridade superior e publicação da ratificação da dispensa inexigibilidade na imprensa oficial, por estar o valor da contratação acima do patamar da dispensa legal e no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, em homenagem ao princípio da publicidade. Por fim, aprovou a minuta de Carta-Contrato de evento [0549813](#), contudo, **registrou que deverá ser alterada a fundamentação legal nos termos do item 20 e que a solicitação da COEDE para autorização da contratação do acesso de forma a contemplar também o curso não previsto no PAC de Power BI (evento [0545694](#)), não foi apreciada ([0552411](#)).**

Por fim, a SAOFC reconheceu a inexigibilidade apontada pela AJDG e manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico, pela autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação, autorização para emissão de Nota de Empenho e publicação do ato apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0553275](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenche os requisitos técnicos e legais.

Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados, de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação definida no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Eleitoral estabelecido pela Resolução do TSE n. 22.572/07 e com o Plano Anual de Capacitação de 2020, registrado sob os números 20200107 e 20200108, conforme informado no item 3.1 do PB ([0544701](#)), no entanto, conforme apontado pela AJDG, o curso Power BI não consta do PAC 2020 e a solicitação de autorização do Coordenador da COEDE (evento [0545694](#)), não foi apreciada.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC, descrita no artigo 25, II da Lei n. 8.666/93, e

1 - Autoriza a contratação do curso de Power BI, não constante do PAC ([0545694](#)), já incluso no objeto do Projeto Básico 9 ([0544701](#));

2 - Aprova o Projeto Básico n. 9 ([0544701](#)), complementado por seus anexos, porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX, c/c art. 7º, I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93;

3 - Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, nos termos ainda da Decisão do TCU n. 439/98-Plenário;

4 - Autoriza a emissão de Nota de Empenho, em favor da empresa AOVS Sistemas de Informática S.A., inscrita no CNPJ sob o n. 05.555.382/0001-33, no valor de **R\$ 20.400,00** (vinte mil e quatrocentos reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa nos termos do item 13 do Projeto Básico SEDES ([0544701](#)); e

5 - Determina a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade no Diário Oficial da União, para cumprimento do art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação supera o patamar da dispensa legal e, no Diário de Justiça Eletrônico -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DJE, em respeito ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal.

À SAOFC para a continuidade das ações visando à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/07/2020, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0553465** e o código CRC **968EFB19**.

0001669-31.2020.6.22.8000

0553465v111

Criado por 018005762348, versão 111 por 004577222313 em 02/07/2020 16:40:54.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Publicação do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 26 da Lei 8.666/93. Contratada: AOVVS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A, CNPJ nº 05.555.382/0001-33. Carta-Contrato n. 16/2020, assinada em 10/07/2020. Objeto: fornecimento de cursos no modelo de licença corporativa (Plano Corporativo na plataforma Alura), para 17 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Fundamento Legal: 25, II c/c art. 13, VI, ambos, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 10/07/2020. Valor: R\$ 20.400,00. PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA 33.90.39-48, Nota de Empenho nº 2020NE000441, de 08/07/2020. Justificativa: Necessidade de capacitação dos servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico n. 125/2020, de 26/06/2020, MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA –



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CPF nº 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho Nº 972/2020 - PRES/DG/GABDG, de 02/07/2020, assinado por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF nº 475.106.849-00, Diretora Geral do TRE-RO. Processo: SEI nº 0001669-31.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 10/07/2020, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0557981** e o código CRC **3270A099**.

0001669-31.2020.6.22.8000

0557981v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 10/07/2020 15:16:23.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 15/2020/TRE-RO, assinada em 10/07/2020. Contratada: AOVIS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A, CNPJ nº 05.555.382/0001-33. Objeto: Fornecimento de cursos no modelo de licença corporativa (Plano Corporativo na plataforma Alura), para 17 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Vigência: 12 meses, a contar de 10/07/2020, não podendo ser prorrogada. Fundamento Legal: Contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II c/c art. 13, VI, ambos, da Lei 8.666/93. Valor: R\$ 20.400,00. Programa de Trabalho: 02122003320GP0011, Elemento de Despesa 33.90.39-48, Nota de Empenho: 2020NE000411, de 08/07/2020. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, o Senhor GUSTAVO TERUO FUJIMOTO. Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Licitação: Despacho nº 972/2020- PRES/DG/GABDG, de 02/07/2020.
Processo SEI nº. 0001669-31.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 10/07/2020, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0557986** e o código CRC **AD35C14F**.

0001669-31.2020.6.22.8000

0557986v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 10/07/2020 15:19:06.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 08Jul20 NUMERO: 2020NE000441
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 05555382/0001-33 - AOV5 SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.
ENDERECO : VERGUEIRO 3195 CONJ VILA MARIANA
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 04101-300

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM CAPACITAÇÃO, CONFORME PROJETO BÁSICO
Nº 9 DA SEDES (0544701), PARECER JURÍDICO 125 DA AJDG (0552411) E DESPACHOS
NSG 972 DA DIRETORIA GERAL (0553465) E 1074 DA SAOFC (0554739).

CLASS : 1 14122 02122003320GP0011 167833 0100000000 339039 000000 RO CAPPAC

TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE

AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00016693120206228000

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART25/02 LEI8666/93

NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 20.400,00

VINTE MIL E QUATROCENTOS REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468
DN: cn=LIA MARIA ARAUJO LOPES, ou=Coordenadoria de Material e Patrimônio, ou=Secretaria de Administração, ou=Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ou=Brasil, c=BR

FRANCISCO
PARENTES DA COSTA
FILHO:16251784253

Assinado de forma digital por FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
DN: cn=FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, ou=Coordenadoria de Material e Patrimônio, ou=Secretaria de Administração, ou=Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ou=Brasil, c=BR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 2

EMISSAO : 08Jul20 NUMERO: 2020NE000441 PROCESSO: 00016693120206228000
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CREDOR : 05555382/0001-33 - AOV5 SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 48 -SERVICO DE SELECAO E TREINAMEN

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	20.400,00
			VALOR DO SEQ. :	20.400,00

SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE DE CURSOS NO MODELO DE LICENÇA CORPORATIVA, PARA 17 (DEZESSETE) SERVIDORES, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONTADOS DA DATA DE CONTRATAÇÃO, NA MODALIDADE "A DISTÂNCIA". COM ESSA LICENÇA, CADA SERVIDOR TERÁ: A) ACESSO TOTAL A TODOS OS CURSOS DO PORTFÓLIO DA CONTRATADA DISPONÍVEIS NO ATUAL MOMENTO DA CONTRATAÇÃO; B) ACESSO TOTAL AOS LANÇAMENTOS DE NOVOS CURSOS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO; E C) SUPORTE COMPLETO E TUTORIA COM PROFESSORES ESPECÍFICOS PARA AS ÁREAS EM QUE ESTÃO DISPONÍVEIS AS CAPACITAÇÕES.

T O T A L : 20,400,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

Análisis de Reman Digital por LUAMBER AFILIO LOPES 060468
Df@CIBR, wcf@PEmail, ouvidoridade@Card Foundation de Justiça - AC-BJ, ouat@Card.BJ.Institucional - RJ,
ouat@TribunalRegional Eleitoral Rondonia-TRF-RO,
ouat@Senado, ouat@MAREIA AFILIO LOPEZ 060468

FRANCISCO PARENTES DA
COSTA FILHO:16251784253

Assunto: **declaração digital** por **FRANCESCO FRANCESCHI** DA **CGIA**
FLUID 162 T9467
 Da **CGIA** em **02/04/2010**, ora **autorizada** a **Repubblica Federale delmeil**, **FR**,
FRANCESCO FRANCESCHI, ora **autorizada** por **CGIA**,
Assunto: declaração digital por **FRANCESCO FRANCESCHI** DA **CGIA**
FLUID 162 T9467
 Data: 10/03/09 09:14:00 04/00

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 133, terça-feira, 14 de julho de 2020

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO

1) Espécie: Contrato nº 22/2020-TRE/RN; 2) Contratada: COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN (CNPJ nº 08.324.196/0001-81); 3) Objeto: fornecimento de energia elétrica pela CONTRATADA às unidades consumidoras de responsabilidade do CONTRATANTE, sob a contraprestação de pagamento de fatura de energia elétrica mensal, e, de acordo com as regras estabelecidas na legislação para a presente prestação de serviço público, sem prejuízo das condições ora pactuadas; 4) Amparo: art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/1993; 5) Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 3812/2020 - TRE/RN; 6) Vigência: 08/07/2020 a 08/07/2021; 7) Cobertura Orçamentária: Elemento 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e sub-grupo 3.3.90.39/43 - Serviços de Energia Elétrica e/ou Elemento 3.3.90.47 - Obrigações Tributárias e Contributivas e sub-grupo 3.3.90.39/22 - Contribuição Iluminação Pública; Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0024 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral; 8) Valor: estimado em R\$ 910.800,00; 9) Data de Assinatura: 08/07/2020; 10) Signatários: pelo Contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN, e, pela Contratada, Tâmara Larissa de Oliveira Moura e José Júlio Melo Machado, Representantes legais.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato n. 30/2020, firmado entre o TRE-RS e a empresa JH Construções Nordeste EIRELI, CNPJ n. 33.683.551/0001-56. OBJETO: Prestação de serviços de substituição das telhas e de restauração da estrutura de madeira do telhado do prédio do TRE-RS, em Caxias do Sul-RS. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão n. 28/2020. VIGÊNCIA: 11-7-2020 a 10-7-2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento: 3390.39. Ação orçamentária: 02.122.0033.20GP.0043. EMPENHO: 2020NE00750, de 02-7-2020. PREGO TOTAL: R\$ 37.880,00. SIGNATÁRIOS: Des. André Luiz Planella Villarinho e Sra. Rafaela Fernanda Nunes Andrade. Proc. SEI n. 000519-58.2020.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 11-7-2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo n. 02 ao Contrato n. 19/2010, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório e depósito da 13ª ZE, em Candelária-RS, firmado entre o TRE-RS e a Associação do Comércio e Indústria de Candelária. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. André Luiz Planella Villarinho e Sr. Flávio Aroldo Karnopp. Proc. SEI n. 0002315-05.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 11-7-2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo n. 02 ao Contrato n. 30/2018, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e assistência técnica corretiva do grupo motor-gerador a diesel do TRE-RS, firmado entre o TRE-RS e a empresa Genservice Manutenção de Grupos Geradores Ltda. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. André Luiz Planella Villarinho e Sr. Rogério Luis Gomes. Proc. SEI n. 0002030-12.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 13-7-2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 31/2020

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 20190000004662, publicada no D.O.U. de 30/05/2020. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de controle e combate a vetores e pragas urbanas nos imóveis utilizados pelo TRE-RJ. Novo Edital: 14/07/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Wilson, 194 - 1º Andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70017-5-00034-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/07/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/07/2020, às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

REJANE LOPES DE OLIVEIRA
Pregoeira

(SIDEC - 13/07/2020) 070017-00001-2020NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020 - UASG 70017

Nº Processo: 202000000187656. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de notebook. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 14/07/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Wilson, 194 - 1º Andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70017-5-00034-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/07/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/07/2020 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

REJANE LOPES DE OLIVEIRA
Pregoeira

(SIASGnet - 13/07/2020) 70017-00001-2020NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL DE PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2020 - UASG 070024

Nº Processo: 0001669-31.2020.6. Objeto: Carta-Contrato n. 16/2020, assinada em 10/07/2020. Objeto: Fornecimento de cursos no modelo de licença corporativa (Plano Corporativo na plataforma Alura), para 17 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Necessidade de capacitação dos servidores do TRE-RO. Declaração de inexigibilidade em 26/06/2020. MARISA LEONARDO DE ARAUJO LIMA DA SILVA, Assessora Jurídica, Ratificação em 02/07/2020. LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral. Valor Global: R\$ 20.400,00. CNPJ CONTRATADA: 05.555.382/0001-33 AOVIS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A.

(SIDEC - 13/07/2020) 070024-00001-2020NE000005



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.trerj.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0530202071400088

89

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: A.R.J. Sonorização Iluminação e Organização de Eventos EIRELI. CNPJ da Contratada: 14.303.662/0002-26. Objeto: Locação de equipamentos audiovisuais para o 1º e 2º turno, se houver, das Eleições 2020. Fundamentação Legal: art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/1993. Programa de Trabalho: 02.061.0033.4269.0001. Natureza da Despesa: 3.3.90.39. N. dos Empenhos: 2020NE000606 e 2020NE000607. Data do Empenho: 05/06/2020. Valor: R\$ 4.500,00 (1º turno) e R\$ 4.000,00 (2º turno). Data da assinatura: 09/07/2020. Contrato n. 033/2020. PAE 19.275/2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2020

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 49/2020, Processo Administrativo Eletrônico nº 0012760-17.2019.6.27.8000. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia, para prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP e internet móvel, de forma continuada, nas modalidades local e longa distância nacional, com fornecimento de 10 (dez) aparelhos em comodato. Adjudicado: 1) Claro S.A. (CNPJ: nº 40.432.544/0001-47), no valor total estimado de R\$ 11.610,00 (onze mil e seiscentos e dez reais).

Palmas-TO, 13 de julho de 2020.
CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Secretário de Administração e Orçamento

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS SECRETARIA DE RECURSOS MATERIAIS

EXTRATO DE CONTRATO

a) Espécie: Contrato de Prestação de Serviços 059/2020, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a OFFICE FLOORING COMERCIAL DE PISOS E REVESTIMENTOS EIRELI - EPP. b) Objeto: prestação de serviços de remoção, fornecimento e instalação de piso vinílico madeirado texturado, incluindo a recuperação de toda estrutura de suporte do piso elevado existente no 10º andar do Anexo "A" do Edifício Sede do TJDF. c) Fundamento legal: Lei 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decretos 10.024/2019 e 8.538/2015. d) Valor ajustado do contrato: R\$ 289.992,75. e) Vigência: 12 meses a partir da data de sua publicação no D.O.U.. f) Data da assinatura: 10/07/2020. g) PA-0002611/2020.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA SECRETARIA ADMINISTRATIVA SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 66/2020. CONSIGNANTE: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. CONSIGNATÁRIO: Banco de Brasília S.A. - BRB. RESUMO DO OBJETO: Consignação de valores em folha de pagamento de magistrados, servidores e pensionistas vinculados ao TRT4. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93. PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 meses, a contar da assinatura. DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020. PROAD Nº: 4893/2020. Nº DA AQUISIÇÃO: Compra Direta nº 205/2020 VALOR: Não oneroso. ASSINAM: Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, pelo consignante, e Sr. Luiz Carlos Costa Formigari, pela consignatária.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 6532/2020 (PROAD), CD Nº 263/2020. RESUMO DO OBJETO: contratação de 22 acessos, sendo 2 cortesia, para o curso TOP 10 2020 - O Novo Mundo Pós Pandemia. VALOR TOTAL: R\$ 9.600,00. FAVORECIDO: ENE Produções e Treinamento EIRELI. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do art. 25, combinado com o Inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93. CRÉDITO: Programa de Trabalho: 1.68126. Classificação: 3303034899. RATIFICAÇÃO: por Carmen Izabel Centena Gonzalez, Presidente, em 09/07/2020.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

EXTRATO DE ACORDO

Espécie: Termo de Acordo firmado entre o TRT 6ª REGIÃO e a FINANCEIRA ALFA S/A. PROAD TRTE nº 7.369/2020. OBJETO: possibilitar a concessão de empréstimos a magistrados e servidores deste Tribunal, ativos, inativos e pensionistas, mediante consignação em folha de pagamento. VIGÊNCIA: 60 meses contados da assinatura. FUNDAMENTO LEGAL: Leis nºs 8.112/90 e 8.666/93. DATA DA ASSINATURA: 10/07/2020. Assinam este Convênio, pelo TRTE, o Exmo. Desembargador Presidente, Sr. Valdir José Silva de Carvalho e, pela FINANCEIRA ALFA S/A, os Srs. César Azil Nedopetalski e Rildo Magalhães Martins Filho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA ADMINISTRATIVA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo do Contrato nº 13/18. Proad 1902/20. Contratada: Diagonal Gestão de Recursos Humanos Ltda. CNPJ: 07.187.088/0001-41. Objeto: Suspensão da execução dos serviços nos meses de junho e julho p/07 postos de trabalho, c/retorno às atividades em 03.08.20, permanecendo em execução 01 posto no Complexo Aldeota. Valor total do custo da suspensão, a cargo da contratante: R\$ 5.256,16. Fund. Legal: art. 65, II, "d" e 78, XIV da Lei nº 8.666/93. Ass. Nelara São Thiago C. Frota, Diretora Geral, pela contratante, e Paula Juliana Chagas R. Fernandes, pela Contratada, em 03.07.20.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º Termo Aditivo do Contrato nº 55/17. Proad nº 5399/19. Contratada: Studio F3 Ltda Me. CNPJ: 23.481.856/0001-21. Objeto: Suspensão total da execução do contrato por 120 dias a contar de 01.04.20. Fund. Legal: art. 65, II, "d" e 78, XIV da Lei nº 8.666/93. Ass. Nelara São Thiago C. Frota, Diretora Geral, pela contratante, e Paulo de Tarso P. Pereira, pela Contratada, em 02/07/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2018. PROAD nº 2209/2017. Contratada: RJR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 11.508.825/0001-38. Objeto: Prorrogação da vigência até 18/01/2023 a majoração do valor Global para R\$441.000,00. Fund. Legal: art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93. Empenho: 2020NE000838. ASS. Nelara São Thiago C. Frota, Diretora Geral, pelo contratante, e Roberto Fiorentino da Silva Júnior, pelo contratado, em 08/07/2020.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

